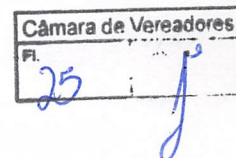




CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 73/2016

Data: 22/08/2016 - Página 1 de 1

Matéria/Ementa:

Projeto de Lei nº 73/2016 que "AUTORIZA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PARA A FUNÇÃO PÚBLICA DE CONTADOR".

Relatório:

Propõe a Mesa Diretora, através do presente Projeto de Lei, autorização para contratação temporária e de excepcional interesse público de um contador, pelo período de até 180 dias, podendo ser prorrogável por igual período desde que devidamente motivado. A contratação se faz necessária tendo em vista a aposentadoria da Assessora Contábil da Câmara.

Fundamentação:

Quanto à iniciativa, é pela Constitucionalidade, já que a Mesa Diretora é competente para a contratação temporária para o Quadro do Poder Legislativo, em conformidade com o art.35 da Lei Orgânica Municipal¹.

Também, a contratação está amparada pelo art.37, XI, da CF/88², bem como, em conformidade com o disposto nos arts. 192, 193 e 196 da Lei nº 2248, de 27 de fevereiro de 2006 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.

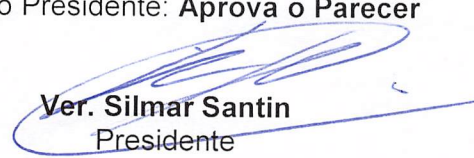
Ademais, deve ser observado o disposto no art.169 da Constituição Federal que prevê a necessidade de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias e previsão no orçamento anual, bem como, a apresentação do impacto orçamentário-financeiro e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, que deverão ser observados pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

Opinião:

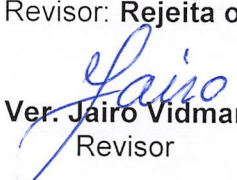
Assim, pela análise da documentação que instrui o presente Projeto de Lei, bem como com amparo nas Orientações Técnicas nº 19.366/2016 e 21.397/2016, emitidas pelo Órgão de Assessoria IGAM, é pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 73/2016.


Ver.ª Eleni de Fátima Castro Pizzatto
Relatora

Voto do Presidente: **Aprova o Parecer**


Ver. Silmar Santin
Presidente

Voto do Revisor: **Rejeita o Parecer**


Ver. Jairo Vidmar
Revisor

¹ Art. 35. É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

(...)

IV – propor a criação e extinção dos cargos de seu quadro de pessoal e serviços, dispor sobre o provimento dos mesmos, bem como a iniciativa da lei que fixa e altera os seus vencimentos e outras vantagens;

² A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

(...)

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;